

CASA GRANADO LABORATÓRIOS, FARMÁCIAS E DROGARIAS S/A

CNPJ/MF nº 33.109.356/0001-17

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: Cumprindo determinação da Legislação vigente, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022. Ficamos à disposição de V.sas, para os esclarecimentos que se fizerem necessários – RJ, 31/12/2022. Christopher John Ogle Freeman – Diretor Presidente.

1. Contexto operacional. Fundada em 1870, a Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede à Rua Barão de Tefé, nº 34 – Saúde, Rio de Janeiro, RJ. Em 31 de dezembro de 2022, a Granado conta, em nível nacional, com uma unidade fabril, além de escritórios administrativos. Impactos relacionados à COVID-19. Com a disseminação da COVID-19 em escala global, governos e autoridades ao redor do mundo implementaram medidas para combater o vírus, entre elas o isolamento

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/22 e 2021 (EM REAIS MIL)		
	2022	2021
ATIVO	597.221	467.802
CIRCULANTE	176.666	100.278
Disponibilidade	1.156	1.866
Clientes	4.758	4.288
Estoque	95.296	50.135
Impostos a Recuperar	37.803	22.379
Despesa antecipada	4.080	1.371
Adiant. fornecedores	4.723	14.858
Partes Relacionadas	25.937	5.132
Outros	2.914	249
NÃO CIRCULANTE	420.555	367.524
Depósitos Judiciais	1.497	1.479
Impostos a Recuperar	6.117	5.924
Tributos diferidos	2.167	1.449
Propriedade para Investimentos		193
Investimento	24.093	0
Arrendamento / Leasing		6.527
Imobilizado	374.074	240.719
Obras em andamento		98.070
Intangível	12.607	13.164
	2022	2021
PASSIVO	597.221	467.802
CIRCULANTE	99.148	70.373
Empréstimos e financiamentos	15.248	2.402
Fornecedores	63.303	56.783
Obrigações trabalhistas	10.190	7.472
Obrigações tributárias	9.369	2.696
Outros	1.038	1.021
NÃO CIRCULANTE	110.882	62.639
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e financiamentos	83.427	2.118
Provisão de Contingências	581	450
Partes Relacionadas	14.504	34.826
IRPJ/CSLL Diferidos		4.393
Tributos parcelados	1.758	6.668
Obrigações tributárias diferidas	4.393	5.621
Outros	6.218	8.563
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	387.191	334.790
Capital Social	165.598	165.098
Reservas de Capital	216.500	185.368
Reservas Legal	312	312
Ajuste de avaliação patrimonial	4.959	4.959
Reservas de Lucro		(23.551)
Lucro (Prejuízo) Exercício	(178)	2.604

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31/12/2022

3. Principais políticas contábeis. 3.1 Caixa e equivalente de caixa – Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. 3.2 Contas a Receber – As contas de clientes estão apresentadas pelo valor de realização. A provisão para risco de crédito é efetuada em montante suficiente para a cobertura de perdas prováveis na realização de créditos a receber, considerando os riscos envolvidos. 3.3 Estoques - Os estoques de produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas e material de embalagem estão demonstrados deduzido de provisão para ajustá-las aos prováveis valores de realização, quando aplicável. 3.4 Ativos Arrendados – O valor inicialmente reconhecido como ativo é o menor entre o a valor justo da propriedade arrendada e o valor presente dos pagamentos mínimos do leasing ao longo prazo do arrendamento. O compromisso de leasing correspondente é apresentado como passivo. 3.5 Ativo Imobilizado – É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo. Da mesma forma que o preço de compra, o custo inclui os custos diretamente atribuíveis e o valor presente estimado dos custos futuros inevitáveis de desmontagem e remoção de itens. O passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido dentro de provisões. Terrenos não são depreciados. A depreciação é apurada para todos os outros itens do imobilizado e serve para amortizar o valor contábil dos itens ao longo de suas vidas úteis econômicas esperadas. São aplicadas as seguintes taxas ao ano pelo método linear:

Prédios e benfeitorias	4%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Benfeitorias e imóveis de terceiros	Tempo de contrato

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram registrados com base em laudo de empresa especializada deduzido de depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável. 3.6 Intangível – Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. 3.7 Empréstimos e Financiamentos – São inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização.

3.8 Tributos. Tributos sobre vendas. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social - PIS 1,65% - 2,20% Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - 7,60% -10,30% COFINS Imposto sobre Serviços - ISS 5% Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS 19% Imposto de renda e contribuição social - corrente. O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 me-

social e o fechamento temporário de atividades consideradas não essenciais. No Brasil, onde a Companhia atua, os efeitos da pandemia aconteceram principalmente a partir da segunda quinzena de março de 2020. A Companhia vem monitorando atentamente a disseminação da pandemia no território nacional e seus desdobramentos, com foco em três prioridades: (i) proteger a segurança dos funcionários e clientes; (ii) garantir a continuidade das operações; e (iii) preservar a liquidez financeira da Companhia. Em 22 de abril de 2022 o Ministério da Saúde declarou fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pela Covid-19. O Ministério da Saúde considerou a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde (SUS), a melhora no cenário epidemiológico no país e o avanço da campanha de vacinação. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO (EM REAIS MIL)		
	2022	2021
(+) Faturamento	676.215	503.420
(+) Serviços	-	-
(-) IPI	-	(20.592)
(=) Receita Bruta de Vendas	676.215	482.828
(-) Outros Impostos incidentes s/Vendas	(67.815)	(34.577)
(-) Outras deduções	(17.127)	(5.349)
(=) Receita Líquida das Vendas	591.273	442.902
(-) Custos das Vendas	(511.981)	(405.670)
(=) Lucro Bruto das Vendas	79.292	37.232
DESPESAS		
(-) Despesas Adm. e Comerciais	(33.725)	(25.223)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(18.122)	(11.343)
(+) Outras Receitas	4.514	6.944
(=) Lucro Operacional	31.959	7.159
(=) Lucro antes do imposto de renda e da Contrib. Social	31.959	7.159
(-) Imposto de renda e Contr. Social - correntes	(11.908)	(3.581)
(-) Imposto de renda e Contr. Social - diferido	718	(974)
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	20.769	2.604
Lucro (Prejuízo) por acao do Capital	0,06	0,01
"Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração Financeira"		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM REAIS MIL)						
	Capital social	Re-serva legal	Reserva de Capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Retenção de lucros	Total
Saldos em 31/12/2019	164.598	312	137.500	4.959	-(23.551)	283.917
Aumento de capital	500	-	-	-	-	500
Integralização capital	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	47.868	-	-	47.868
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
JSCP a Pagar	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.604	2.604
Saldos em 31/12/2021	165.098	312	185.368	4.959	-(20.947)	334.790
Aumento de capital	500	-	-	-	-	500
Integralização capital	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	31.132	-	-	31.132
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.769	20.769
Saldos em 31/12/2022	165.598	312	216.500	4.959	-(178)	387.191

ses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Imposto diferido. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil. 3.9 Arrendamentos. A Granado avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Ativos de direito de uso. A Granado reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Passivos de arrendamento. Na data de início do arrendamento, a Granado reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é mensurado se houver modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. A Granado aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento nos contratos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. 3.10 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contigencia/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. 3.11 Subvenções Governamentais – São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições foram satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido com receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujos benefícios objetivam compensar. 3.12 Reconhecimento de Receitas – A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados. A receita é reconhecida apenas quando da efetiva venda de produtos, são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor bruto, incluem os impostos incidentes sobre a mesma, os quais são apresentados como dedução de receitas. 3.13 Reconhecimento de Despesas – As despesas são reconhecidas pelo Regime de competência. 3.14 Instrumentos financeiros – Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Casa Granado se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos. 3.15 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela

("BR GAAP"), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A moeda funcional do Grupo é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2023.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM REAIS MIL)		
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	20.769	2.604
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	28.990	20.189
Equivalência Patrimonial	(11.730)	(9.816)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	7.423
Venda de Ativo imobilizado	(401)	-
Aumento (diminuição) tributos diferidos	(1.228)	(644)
	36.400	19.756
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Aumento (diminuição) no contas a receber	(470)	14.280
Aumento dos estoques	(45.161)	(1.103)
Aumento em impostos a recuperar	(15.424)	(14.497)
Aumento em depósitos judiciais	211	44
Despesa antecipada	(2.708)	-
Adiant. fornecedores	10.135	-
Diminuição (aumento) em outros ativos	(2.665)	12.482
Aumento em fornecedores	6.520	4.662
Aumento em obrigações trabalhistas	2.718	377
Aumento em obrigações tributárias	6.673	509
Aumento em provisão para contingências	132	(1.044)
Aumento (diminuição) em outros passivos	113	1.855
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(3.525)	37.321
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(70.315)	(60.274)
Aporte de capital		48.368
Adição de intangível	(1.289)	(1.749)
Baixa de intangível	5	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	(71.599)	(13.655)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	95.765	-
Pagamento de principal sobre empréstimos	(2.393)	(3.153)
Pagamento dos juros sobre empréstimos	(3.063)	-
Aumento dos parcelamentos de tributos	4.910	(5.257)
Transações com partes relacionadas	(20.805)	(15.423)
Caixa gerado nas atividades de financiamento	74.414	(23.833)
Aumento (diminuição) líquido do caixa e caixa equivalentes	(710)	(167)
Caixa e equivalentes no final do exercício	1.156	1.866
Caixa e equivalente no início do exercício	1.866	2.033
Aumento (diminuição) líquido do caixa e caixa equivalentes	(710)	(167)

primeira vez em 2022 As normas apresentadas a seguir foram revidadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidada. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. a) Alterações ao CPC 37 (R1), CPC48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. O Grupo pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. 3.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Granado pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50 - Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica para Granado. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Granado avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo. CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. 3.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: Vida útil dos ativos imobilizado e intangível A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Christopher John Ogle Freeman - Diretor Presidente

Antonia Sonia Mineiro Lopes - Contadora - CRC/RJ 75200/01

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 27/03/2023 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/27/CasaGranado1568512827032023.pdf Hash: 16796844046a9916eaa56447198d72bef106c8bb05